

O FORMALISMO, A LÓGICA DO RAZOÁVEL E A TECNOLOGIA NA EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

Antonio Carlos Facioli Chedid^{*}
Antonio Carlos Facioli Chedid Junior^{**}

O eminente Cândido Rangel Dimanarco, examinando os novos padrões processuais, deu, a nosso sentir, o caminho a ser almejado por todos, quando, com sua costumeira clarividência, seguindo a conhecida observação de Albert Einstein¹, asseverou “que o tempo dirá a última palavra sobre as excelências ou mazes da inovação [...] mas quem não ousa inovar não se aperfeiçoa” (*in A Reforma do Processo Civil*, 3ª ed., p. 180). Não é mesmo verdade que a efetividade do devido processo legal ou da Justiça não se subsume apenas no direito de ação, decisão e execução, mas também na satisfação efetiva da lesão, ou seja, na posse do bem da vida pretendido, e isto somente se aperfeiçoa à realidade e aos sentimentos do homem lesado, se ocorrer com precisão e celeridade, portanto, de maneira justa, segundo a concepção social.

^{*} Advogado e professor de Processo Civil e Processo do Trabalho e Direito do Trabalho em Santa Catarina.

^{**} Formando da Unisul – julho/2004.

¹ Nos momentos de crise, somente a imaginação supera o conhecimento.

Todos os brasileiros e, em especial, os que militam na Justiça do Trabalho, têm pleno conhecimento dos relevantes serviços públicos que este órgão judicial, dê sua criação, tem prestado à Nação brasileira, mercê da cultura nela implantada, desde os primórdios, de trabalho, presteza, dignidade e respeito ético e moral às partes, sem o servilismo comum e, ainda, às demais instituições, mas fundamentalmente pelo elevado senso jurídico e coragem ímpar de seus magistrados que nunca, temos plena convicção, claudicaram no enfrentamento de ataques interessados do poder econômico e de conjunturas políticas momentâneas, como as deflagradas maliciosamente em recentes pronunciamentos pela sua extinção e que foram repudiados com veemência por todos os homens livres e de bom-senso, sem temor e em defesa dos menos favorecidos, pois são eles (os detentores do poder econômico), agregados ao Poder Público, os réus-clientes contumazes dos processos judiciais, o mais das vezes, como conclui também a AMB e os senadores que participaram da reunião recentemente realizada na CCJ do Senado.

Serviu de modelo nas últimas décadas a Justiça do Trabalho para os demais ramos do Judiciário, em face, fundamentalmente, do instituto da conciliação, da informalidade, ou ausência de formalismo legal e institucional, dispensabilidade do advogado — aqui a nosso pensar um equívoco histórico, perdoem os doutos —, processo e procedimentos simplificados, alçada, gratuidade parcial, poderes amplos do juiz na direção do processo e na sua impulsão oficial, recurso por simples petição ou mesmo tomado a termo, execução de ofício, certeza real em detrimento da mera verdade legal, princípio da primazia da realidade, proximidade nunca vista com a coletividade, publicidade, transparência etc.

Descabe aqui, nos estritos limites desta manifestação, indagar acerca das razões que levaram este ramo do Judiciário, ou melhor, o legislador, à inércia irreverente na implementação de reformas e adequações à realidade e à modernidade desejada pela sociedade e, em especial, pelas partes que a ela acorrem e pelos advogados que exercem seu nobre e indispensável mister, talvez até porque qualquer alteração na legislação trabalhista realce o interesse das categorias profissionais, que congregam a maioria da população

ativa do País. Vale lembrar aqui a tentativa de minimizar o garantismo estatal, em confronto com o novo Código Civil (parte da população brasileira nem sequer sabe ou tomou conhecimento da existência das novas regras de conduta), enquanto a maioria desconhece o CC, de outro lado, conhece de perto a velha CLT, não só pela repercussão na mídia e pelas pressões das categorias (profissionais e econômicas), mas por sofrer a influência de suas regras, resultando oportunamente obstada pela classe operária e pelas associações. A polêmica a respeito da desregulação das relações de trabalho revolveu a Nação inteira, bastando lembrar também as manchetes jornalísticas e o pronunciamento de quase todas as autoridades, sindicatos, centrais, clero, políticos, trabalhadores, desempregados, organismos internacionais etc.

O certo é que a Justiça comum e a Federal comum sofreram profundas reformas e inovações, ora através do instrumento de atuação da jurisdição (o processo), ora pela criação de novos organismos, como o Juizado de Pequenas Causas Cíveis e Criminais, Juizados Especiais, Turmas de Recursos, Mediação e Arbitragem e Conciliadores. A par disso, reformas outras inovaram no peticionamento, na postulação, na prestação jurisdicional, na comunicação dos atos processuais (citações simples, tomada a termo da reclamação, dispensabilidade do advogado — *replay* do equívoco —, antecipação de tutela, conciliação inicial e obrigatória e outros institutos), no recurso (rejeição liminar, na forma do art. 557 do CPC, agravo de instrumento com novos efeitos e ajuizado perante os Tribunais — salvaguarda de conexão indispensável à antecipação de tutela —, autenticidade de documentos declarada por advogado, poderes aos relatores, e mais...) e em inúmeros outros institutos desde 1994, com microrreformas.

Na Justiça do Trabalho atuou com eficiência e, diga-se, visionária e soberanamente o Supremo Tribunal Federal², alargando sua competência, mediante nova e produtiva interpretação

2 Em decisão histórica que tratava de promessa de venda de imóvel aos servidores do Banco do Brasil S.A., no CJ 6.959-6 DF/1990, em Acórdão pioneiro e da lavra do Min. Sepúlveda Pertence, decidiu o Tribunal que “À determinação da competência da Justiça do Trabalho não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feito em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho”.

da Constituição Federal, que vinha sendo rejeitada, de regra, pela própria Justiça Trabalhista, a par da competência tributária de interesse exclusivo da União Federal (contribuições previdenciárias, na forma do art. 113, parágrafo 3º), que promoveu a inclusão constitucional ante a divergência reinante na jurisprudência.

Manteve-se o *jus postulandi*, esdrúxula forma irreal de tratar os menos favorecidos e servil maneira de desigualdade baseada em graduação de valor econômico-pecuniário (Juizado Especial, Rito Sumaríssimo, Alçada etc.) ratificando-se a Lei n. 5.584/70, oriunda de conchavos políticos da ditadura militar, que, ilusoriamente, concedeu benefícios de assistência em critérios objetivos de dois salários mínimos, dando a também maliciosa conotação de que quem percebe mais do que dois salários mínimos seria “abastado”, em desrespeito à realidade vivida e sofrida e à Constituição, que fixou critério subjetivo de insuficiência de recursos para sustento próprio ou da família e concessão maior de assistência jurídica (CF, art. 5º, inciso LXXIV – Direitos e Garantias Fundamentais), atribuindo ao sindicato honorários de advogado pelo cumprimento de obrigação institucional e legal inerente às suas atribuições, pagos pelo empregador, como meio de sua submissão e conservação do peleguismo. Vige, apesar disso, a lei em apreço, embora não recepcionada pela Constituição de 1988, no particular, e ainda por manifesta incompatibilidade com as regras do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Suas coirmãs que sofreram, por longos anos, de uma paralisia por contaminação de uma formação quase depositada na arqueologia jurídica, abandonaram a estagnação e partiram, com a coragem de seus magistrados, embora de maneira homeopática, para uma reforma de fundo e com uma visão futurística da própria realidade moderna.

O formalismo e o conservadorismo foram alijados.

Essas colocações, fruto de longas observações, históricas, são lançadas em síntese apertadíssima e têm o fito exclusivo, por amostragem, de conectá-las às recentes decisões dos Tribunais Superiores sobre as comunicações judiciais pelos meios eletrônicos e através de Protocolos Integrados, em primeiro e segundo graus de jurisdição, tendo-se presente que a interpretação isolada

e literal tende a naufragar em mar calmo e águas rasas, tônica das observações que seguem.

Algumas dessas decisões dos Tribunais Superiores, *rogata maxima venia*, e, em especial, do colendo TST têm preocupado aqueles que pretendem dar ao Judiciário impulso de modernidade, através do uso de novas tecnologias, notadamente aos meios de comunicação dos atos processuais, de envio e recepção das ações, petições e requerimentos *lato sensu* (judiciais e administrativos), daí decorrentes, assim como da publicidade efetiva e eficaz dos atos de impulsionamento e decisão do processo (despachos e sentenças). Algumas delas reduziram à ilegalidade, ilicitude, inadequação, intempestividade e/ou desconfiabilidade os atos processuais-judiciais que ultrapassaram os limites estreitos dos costumesiros, usuais, tradicionais e/ou escritos, físicos, assinados, muitas vezes com firmas reconhecidas e autenticidade chancelada em Cartório.

Esses julgados têm rejeitado os meios eletrônicos e ditos *on line* de comunicação ou peticionamento, embora usados e regrados por alguns órgãos jurisdicionais (Tribunais de segundo grau de jurisdição) atentos à realidade e ao reclamo da ciência, tecnologicamente interagindo com os destinatários da prestação jurisdicional.

Refiro-me à corrente que tem perfilhado o caminho traçado pela seguinte decisão do colendo Tribunal Superior do Trabalho:

“1. Recurso de revista interposto por *e-mail*. Inviabilidade de equiparar-se a fac-símile. A jurisprudência do TST e do STJ segue no sentido de não se admitir a interposição de recurso por *e-mail*. Tal posicionamento decorre da tese de que a mensagem de correio eletrônico não equivale ao similar do fac-símile aludido na Lei n. 9.800/99, em face da ausência de segurança na transmissão fiel de dados. Frise-se que a Presidência do 12º Regional autorizou em sua *home page* oficial a interposição de recurso via *e-mail*. Sucede, todavia, que tal permissão não encontra amparo legal, pois, como visto, a Lei n. 9.800/99 não permite a conclusão de que os meios de transmissão ora mencionados são similares. O administrador público deve nortear seus atos com base no princípio da

legalidade (CF, art. 37, II) [...]” (TST/RR 660210/00.4, *in* DJU de 14-11-2003).

Nessa linha seguem outras decisões e também algumas do Superior Tribunal de Justiça, como, *v.g.*, a que ocorreu no julgamento de um agravo regimental em recurso especial que não admitiu o recurso por *e-mail*, com os seguintes fundamentos:

“O agravo regimental é intempestivo já que protocolada a peça assinada fora do prazo legal, não surtindo qualquer efeito petição sem assinatura e sem comprovação adequada de que recebida nesta Corte por *e-mail*, mediante assinatura eletrônica, ausente, ainda, regulamentação interna a respeito desta forma de protocolar recursos, não sendo suficiente a Lei n. 9.800/99, que disciplina a utilização do fac-símile, não similar ao correio eletrônico. Precedentes da Terceira Turma. 2. Agravo regimental não conhecido”(STJ-AG-AI-500044/RS, 3ª Turma, *in* DJU de 15-9-03).

É bem verdade que a Suprema Corte há mais de dez anos decidiu e manteve a posição de que, ante o princípio da reserva legal, não lhe competia regulamentar a utilização do fac-símile para a transmissão de recursos extraordinários e outras medidas judiciais, afirmando que:

“Agravo de instrumento — Petição recursal transmitida mediante fax — Ratificação deduzida após o esgotamento do prazo recursal — Intempestividade reconhecida — Reprodução fac-similar — Matéria processual — Princípio da reserva de lei — Agravo regimental não provido. A disciplina normativa da utilização do fax, quando destinado a veicular a prática de atos processuais, constitui matéria sujeita ao princípio constitucional da reserva absoluta de lei. O ordenamento positivo não confere ao Supremo Tribunal Federal poder para disciplinar, no âmbito desta Corte, por resolução administrativa, a prática de atos processuais mediante reprodução fac-similar. Não se conhece de recurso que, embora tempestivamente interposto mediante fax, só vem a ser ratificado quando já decorrido o prazo recursal. O decurso desse prazo, que não se submete ao poder de disposição das partes, opera, independentemente de declaração judicial, a extinção do direito de praticar o ato, tornando-se, em consequência, ineficaz a prática processual realizada mediante fac-símile. Precedentes do

Supremo Tribunal Federal” (AI – 143783 – Agr/AM – Relator Ministro Celso de Mello, Primeira Turma, DJU de 4-9-1992 e RTJ 00143.01).

O princípio da reserva legal sustentado pelo STF teria sentido não fosse, *data venia*, a proliferação de atos regulamentares (resoluções, portarias, ordens de serviço, atos normativos, circulares etc.) emitidos pelo Executivo e Legislativo, dando eficácia e praticidade à lei, ora excelentes, ora bons, ora péssimos e o mais das vezes meramente burocratizantes e inibidores da realização eficiente dos fins do Estado. Recentemente o Executivo tornou obrigatória, através do Decreto n. 2.959, de 29-1-1999³, a remessa de correspondência exclusivamente por meios eletrônicos (*e-mail*). Os próprios Tribunais, a seu turno, considerando estarem no uso de suas atribuições legais, costumam “legislar” – e o fazem por necessidade impostergável – através de resoluções, provimentos e, mais modernamente, por precedentes normativos e/ou orientações normativas. Aliás, às vezes até criam novos institutos e os regulamentam, em sede processual, como são exemplos por excelência a rejeição de aplicabilidade da Lei n. 9.139/95, que deu nova roupagem ao agravo de instrumento (necessária e em conúbio com o então novel instituto da antecipação de tutela, aliás, meio de revisão de sua concessão liminar), ressuscitando as velhas regras do CPC, revogadas pela lei citada (em face do buraco negro decorrente da inaplicabilidade daquela lei em sede trabalhista), através da Resolução n. 52/96 e Instrução Normativa n. 6/96, com a criação de regramento processual não previsto em lei (porque revogado), sendo a hipótese diversa da Resolução n. 140 do STF, esta simplesmente esclarecedora, e ainda recentemente a penhora *on line*, batizada judicialmente (*nomen juris*) de Bacen Jud, sem qualquer previsão legal, sequer analógica, mas com eficácia inescandível (poder-se-ia aqui citar inúmeros atos de criação e regulação até mais arrojados do que o Peticionamento Eletrônico e o Protocolo Integrado, mas este não é o intuito).

3 Art. 57-A. A partir de 1º de janeiro de 2001, os documentos a que se refere este Decreto somente serão recebidos, na Casa Civil da Presidência da República, por meio eletrônico. (Artigo incluído pelo Decreto n. 3.585, de 5-9-2000) (*vide* Decreto n. 3.714, 3-1-2001).

Ora, se assim é, para atingir o desejado pela ciência processual e para, fundamentalmente, tornar o processo instrumento hábil e eficiente à entrega da prestação jurisdicional célere e efetiva, menos onerosa, nada mais coerente e pertinente do que aceitar as produções intelectuais e ousadas de modernidade, que exige rapidez e eficiência, usando do saber humano e das suas máquinas engenhosas e fantásticas, não atacadas pelos usuários do processo (as partes e o juiz natural) e que teriam realmente legitimidade para argüir qualquer prejuízo que daí fosse gerado. Eles, beneficiários dos novos métodos, que sofrem o resultado até então sem terapia, da paralisia, somente aplaudem e o utilizam como um remédio eficaz, célere, sem ônus, limpo, com registro perene, identificação quase perfeita de segurança e inevitável recepção, isento de fraude temporal, que permite o encaminhamento a qualquer hora do dia ou da noite, mas só se aperfeiçoa aos ditames legais e automaticamente, no horário de expediente forense.

O viajante do tempo pode observar a olho nu e sem esforço a grandiosidade das pesquisas e a evolução tecnológica em todas as áreas do saber e em todos os padrões sociais, com mudanças culturais e até guerras dantes inimagináveis.

As instituições, em sua maioria, desenvolveram tecnologias próprias e realizam diuturnamente esforços ingentes para se adaptar às necessidades do indivíduo e da sociedade. Qualificam seus servidores, modernizam os equipamentos e criam *software* com características estritamente públicas.

O Judiciário lastimavelmente manteve-se, o mais das vezes, eqüidistante dos fatos sociais (a imparcialidade do Juiz não o permite se imiscuir nas atividades sociais, dizem ainda alguns) e da implementação tecnológica, mercê, é evidente, da inércia secular do legislador brasileiro e pelo seu desinteresse político – do legislador — em investir onde não há retorno e dividendos econômicos e partidários.

A par disso, em oração devotada à *mea culpa*, registre-se, pouco fez o Judiciário como instituição para evitar e minimizar esses fatos, salvo agora e nos últimos anos os movimentos corajo-

sos, produzidos por homens visionários e dedicados ao conhecimento tecnológico, em reduzido âmbito (nossas homenagens à gloriosa Anamatra), que desde a Constituinte de 1988 vêm alertando para a necessidade de abertura da competência trabalhista e adequação do Judiciário às novas tecnologias, com meio também de aproximação dos destinatários de sua atividade-fim.

A formação acadêmica (altamente conservadora), a quase cega obediência aos ditames legais e o sacerdócio intocável de cumprir “as normas legais e de conduta”, previamente produzidas pela lei, indubitavelmente ajudaram em muito o temor de aceitar a mutação dos novos tempos tecnológicos, tendo-se presente que ainda existem membros do Judiciário a utilizarem o lápis, a caneta e a máquina de escrever (não há demérito nisso, mas simplesmente inadequação querida e temor injustificável às mudanças). A isso deve se pespegar a ausência de formação tecnológica dos magistrados (julgadores por vocação e técnicos por formação, promotores da arte complexa e ainda não explicada com clareza, de julgar seus semelhantes), carga de trabalho inumana e a cumulação de funções para as quais nem sempre estão preparados, como a assunção aos cargos de administração das Cortes, aliás, como não o está o médico para dirigir o hospital e outros profissionais com as mesmas e derivadas incumbências.

As decisões acima reproduzidas, embora possam estar cunhadas pela legalidade estrita, merecem urgente revisão, *maxima venia*, diante da realidade e da necessidade de adequação à sistemática implementada pelas novas exigências de efetividade do processo, assim como a nova corrente que também vem sepultando o Protocolo Integrado, como se vê da seguinte ementa:

“Agravos de instrumento interpostos por via postal, pelo sistema de protocolo integrado. Tempestividade. Exigência de ordem pública e ônus processual da parte. Resolução do Regional que não vincula o TST. Orientação jurisprudencial n. 320 da SDI-1. I — O fato de a lei possibilitar à parte o uso de meios alternativos para a apresentação dos recursos perante o Serviço de Cadastramento Processual (Protocolo) do órgão da Justiça do Trabalho, como na espécie, em que o recurso foi encaminhado via postal, em confor-

midade com o disposto no § 2º do artigo 525 do CPC, não lhe retira o ônus processual de interpô-los dentro do prazo legal, perante o serviço de cadastramento da Justiça do Trabalho. De fato, a lei apenas coloca à disposição dos jurisdicionados meios alternativos para facilitar a prática de atos processuais, o que não significa dizer que tenha pretendido revogar norma geral de ordem pública relativa à tempestividade dos recursos, a ser aferida pela aposição do protocolo de ingresso no Tribunal, consoante dispõe o item IV da Instrução Normativa 16 do TST. II — O sistema de protocolo integrado instituído pelo eg. Tribunal Regional não vincula o TST à sua observância, pois a eficácia da referida resolução está limitada aos recursos interpostos no âmbito da sua competência jurisdicional. (Orientação Jurisprudencial n. 320 da SDI-1) III — O agravo de instrumento interposto contra despacho denegatório de recurso de revista é destinado ao Tribunal Superior do Trabalho para a emissão do segundo juízo de admissibilidade, e, nesse contexto, constitui ônus processual da parte zelar pela sua formação, na qual se compreende a sua correta interposição, como já proclamou esta eg. Corte, no item X da Instrução Normativa n. 16 do TST, não podendo eventual equívoco ocorrido no âmbito do Tribunal Regional ser invocado em seu favor. Recurso de embargos não conhecido” (Proc. n. TST-E-AIRR-800.066/01.8, *in* LTR 68-01/73).

O Peticionamento Eletrônico⁴ e o Protocolo Integrado não sobrevivem à margem da lei, ousamos afirmar em divergência com as respeitabilíssimas decisões em comento. A contrário, *rogata venia*, têm suporte, a uma, na necessidade, imaginação e criatividade judicial, reclamo histórico e quase perpétuo dos operadores do direito, e, a duas, como de costume, na legislação que lhes deu apenas existência formal, não criativa, através da Lei n. 9.800/99 e dos artigos 506 e 547 do CPC.⁵

- 4 Instituído pelo primeiro articulista, pioneiramente, quando Presidente do TRT/SC, pelas Portarias ns. 515/98 e 457/99, juntamente com a primeira rede corporativa de computadores que integrou judicial e administrativamente as 44 Varas do Estado, com economia de tempo e verbas públicas, e que serviu de exemplo aos Tribunais que aderiram sem reservas ao então novel sistema de comunicação interna e externa.
- 5 Art. 506. O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no artigo 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data: [...]

O Protocolo Integrado nasceu de regulamentação antiga das Cortes Regionais e o Peticionamento Eletrônico foi sonhado na década de 80 e seu embrião foi gerado em 1986, concretizando-se em 1998, conforme a seguir relataremos.

Antes de discorrer um pouco e *en passant* sobre a história moderna das comunicações eletrônicas no Judiciário e o uso do computador, denominado de “audiência informatizada”⁶, cumpre lembrar que o legislador brasileiro navega ao sabor dos ventos e em mares de cada momento e não possui, com o máximo respeito, uma bússola aferida para a realidade social, derivando quase sempre seu norte magnético, assim como o Poder Executivo *surfa* com certa displicência na seara judiciária, com os olhos voltados para o interesse econômico do Governo de cada conjuntura e na busca da arca inexistente (*black box*).

Eis as premissas das conclusões.

Exemplo, pinçado ao léu, desses fatos é o veto proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei n. 49/95, que acrescia ao art. 791 da CLT alguns dispositivos, cumprindo os preceitos constitucionais citados (arts. 133, 134 e 5º, inciso LV), mantendo o *jus postulandi*, mas adotando o princípio da sucumbência de forma parcial.

Os fundamentos do veto, a nosso sentir, com correção e argúcia, decorreram da forma parcimoniosa do projeto e por não atender ou disciplinar seu efeito intertemporal, com ausência de definição sobre o beneficiário dos honorários, e fundamentalmente por ofensa ao princípio da isonomia ao deferir a verba exclusivamente ao empregado, de regra autor da demanda, em discriminação inaceitável e ferindo também a lisura processual.

Parágrafo único. No prazo para a interposição do recurso, a petição será protocolada em cartório ou segundo a norma de organização judiciária, ressalvado o disposto no artigo 524.

Art. 547. Os autos remetidos ao tribunal serão registrados no protocolo no dia de sua entrada, cabendo à secretaria verificar-lhes a numeração das folhas e ordená-los para distribuição.

- 6 O primeiro articulista a realizou pioneiramente na Vara de Lages/SC, onde foi Juiz titular por 20 anos.

A unilateralidade do Projeto de Lei n. 49/95 é a demonstração de que as pressões políticas quase sempre falam mais alto, na medida em que o projeto previa apenas uma mão de direção, naturalmente em rumo ao norte da corporação que tinha interesse.

Por meio da Lei n. 10.358 de dezembro de 2001, tentou o legislador, acolhendo sugestão nascida no âmbito judiciário, dar uma certidão de nascimento a instituto genuinamente brasileiro, criado pioneiramente pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina e que vem sendo utilizado diariamente e com sucesso pleno e aplausos de todos (mais de 20.000 petições), introduzindo no artigo 154 do CPC um parágrafo único, com o intuito de obrigar agora que o experimento fosse adotado pelo Judiciário brasileiro como um todo, nos seguintes termos:

“Artigo 154, parágrafo único, da Lei n. 5.869/73, alterado pelo art. 1º do projeto:

“Art. 154 [...]

“Parágrafo único. Atendidos os requisitos de segurança e autenticidade, poderão os tribunais disciplinar, no âmbito da sua jurisdição, a prática de atos processuais e sua comunicação às partes, mediante a utilização de meios eletrônicos” (NR).

O texto legal sofreu veemente veto da Presidência da República, a cujos fundamentos não registro maior crítica porque totalmente desnecessária, valendo apenas e para tanto despende alguns segundos em sua leitura. Ei-lo:

“A superveniente edição da Medida Provisória n. 2.200, de 2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras, que, aliás, já está em funcionamento, conduz à inconveniência da adoção da medida projetada, que deve ser tratada de forma uniforme em prol da segurança jurídica.” *Veto Lei n. 10.358 de dezembro/01.*

O veto só tem sentido de discurso do poder e de arrecadação do Estado, pois sem qualquer pertinência, *venia concessa*, com a comunicação dos atos processuais, que pode até, no seu tanto,

usar de alguns institutos da ICP-Brasil, mas nunca lhe deferir, isto sim, as “chaves” do Judiciário, como pretendia o emissor do veto.

Veja-se a perfeita contradição do veto, quando diz que somente a ICP-Brasil poderia fazê-lo, quando o projeto declarava que os Tribunais deveriam usar os “critérios de segurança e autenticidade” (assinatura eletrônica e chaves públicas, certificação digital, que seriam ofertadas exclusivamente pela ICP-Brasil, cartório virtual e economicamente viável, à evidência).

Com efeito, parece que realmente é prudente e conveniente repensar aquelas decisões, até porque se chegarmos à perigosa conclusão de que se deve aguardar a iniciativa do legislador e do Executivo para solver os impasses, realmente não andarão o Judiciário a passos compatíveis com a necessidade social, conforme retratam os casos pinçados por amostragem e acima citados, de projetos e vetos.

É bem verdade que através de uma interpretação literal e sem muita atenção aos princípios teleológicos, de praticidade e logicidade, poder-se-ia, de pronto, sentenciar em definitivo a certeza incontestada das decisões ora em comento, de vez que o veto ao parágrafo único do art. 154 do CPC demonstrara a marginalização das regras (portarias, provimentos, atos normativos etc.) e atos de transmissão de dados e comunicações eletrônicas no Judiciário.

Contudo, não se apresenta, a nosso sentir, a melhor e mais prudente solução com vistas à modernidade e ao espírito criativo das Cortes e de suas equipes técnicas, cabendo, aqui, de passagem, lembrar a afirmação sempre atual de Picasso quando disse que “[...] é tão complicado fazer algo novo que ele provavelmente sairá feio. Mas os que o fizerem depois de você não terão de preocupar-se com a invenção, e assim poderão tornar a coisa bonita, para que todos a admirem e gostem dela”.

E é por isso mesmo que a interpretação compatível com a atual conjuntura socioeconômica e de modernidade tecnológica, com os olhos para um futuro inovador e promissor, deve ter presente os fatos vividos e sofridos, mas na busca de caminhos, procedimentos, meios e formas que tornem o processo, com instrumento único de atuação da jurisdição, realmente eficaz à indispensável efetividade da Justiça, que somente alcançará a justa

solução dos conflitos tentando ser onipresente e oniforme, sem ser, por evidente, feérica. Eis aí o desafio obviamente vencível.

As divergências judiciais, assim, e diante da necessária e costumeira repetição dos casos a serem apreciados, não têm encontrado o norte compatível com sua trajetória e finalidade. Nessa linha vale lembrar que, enquanto o Superior Tribunal de Justiça, no acórdão acima mencionado, exige regulamentação pelo Tribunal, não sendo suficiente a Lei n. 9.800/99, o Tribunal Superior do Trabalho declara em sua decisão, citando o STJ, que a regulamentação produzida pelo Tribunal Regional não tem o condão de validar ou convalidar o meio de comunicação processual, embora o diga com clareza o legislador ao alterar a redação do artigo 547, parágrafo único, delegando aos Tribunais a permissão de instituir o Protocolo Integrado, com recebimento dos recursos em primeiro grau de jurisdição e, ainda, permitindo, no artigo 506 do mesmo CPC, que a norma de organização judiciária disponha de forma diferente no que concerne ao recebimento protocolar dos recursos em geral. Vale dizer: os atos ou resoluções a respeito do Protocolo Integrado, em verdade, têm suporte nos dispositivos que, em síntese, consolidaram tardiamente sua existência agora legal. Com efeito, parece não subsistir a decretação de marginalização do ato judicializado, assim como parece ser inescandível que o artigo 1º da Lei n. 9.800/99⁷ visou adequar à realidade os meios de comunicação processual, notadamente quando, após se referir ao uso do quase jurássico e antieconômico fac-símile, sem perenidade de reprodução, declarou expressa e com inteligência visionária aqui (ainda bem) a permissão de utilização de outro meio “[...] similar para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita”. Institui, a nosso sentir, à saciedade, a autorização para utilização de outro meio similar de transmissão de dados e imagens que é o eletrônico, através da internet, denominado de *e-mail* ou mesmo através do *scan*, donde resta concluir que os atos dos Tribunais se coadunam não só com a modernidade, celeridade, mas também com o desejo e a chancela da lei posta, cuja praticidade res-

7 Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.

ponde a qualquer outra indagação formal, de vez que não gera e não gerou qualquer prejuízo às partes e ao próprio Judiciário. Ao contrário.

Outra interpretação poderia levar à conclusão de que o legislador da Lei n. 9.800/99 deveria, então, apenas e tão-somente, ter alongado todos os prazos processuais em mais 5 dias, o que seria mais eficiente e econômico, além de lógico e útil, de sorte que o encaminhamento indispensável do original da petição por fac-símile, que não tem validade sem a remessa, redundaria em verdadeira ilogicidade, aliás, confessamos, que seria até mais adequado, não fosse a permissão de utilização de um sistema similar, pois sem sentido a obrigatoriedade. É que no procedimento similar – de que trata a lei – instituído pelo TRT catarinense (Petitionamento Eletrônico, com credenciamento do advogado, utilização de *login* e senha, protocolo digital e recebido eletrônico de protocolização, com 20.000 petições já recebidas) resta desnecessária a remessa do original, pois existe perfeita identificação do peticionário, mais segura até, e sem exagero da defesa da posição, do que as falíveis assinaturas manuscritas (o mais das vezes ininteligíveis e rabiscadas), que, sabidamente, são reproduzidas com razoável habilidade para salvaguardar situações emergenciais, por outrem.

Consciente e ciente dessa irrefutável realidade, o Ministro Carlos Velloso, quando Presidente do STF, instituiu o Infojus junto à Suprema Corte, nele agregando magistrados e servidores, para troca de experiências na área da informação e na tentativa de divulgar as inovações para que todos os Tribunais pudessem delas usufruir sem quaisquer ônus, cuja Comissão após sua gestão jamais foi convocada, embora tenha lá deixado relevante contribuição.

Criamos em Santa Catarina o Tecnojus⁸, grupo de estudos formado, primeiramente, por magistrados e servidores estaduais e federais, de todas as Justiças, com o escopo de, em ajuda recíproca na área de tecnologia e *software*, sem ônus para os Tribu-

8 Grupo de Integração Tecnológica do Poder Judiciário de Santa Catarina, fundado antes do Infojus e na sede do Tribunal Regional da 12ª Região em julho de 2001 e integrado pelos fundadores Antonio Carlos Facioli Chedid, Odson Cardoso Filho, Otavio Roberto Pamplona, Sergio Eduardo Cardoso, Emanuel Amaral e Silva, Silvio Dagoberto Orsatto, Gilmar Cavalheri, Roberto Ramos Alvim, magistrados, e Carlos Rogério Camargo (TRE), Luiz Henrique Soares (TRT), Cassiano Reis (TJSC) e Chrystina Maria Pelizier (TRF 4), servidores.

nais, trocar suas experiências e desenvolver, em conjunto, novas tecnologias, servindo, assim, de apoio aos órgãos jurisdicionais do Estado.

Ao grupo foram agregadas várias instituições, como o Ministério Público (Federal e Estadual), as Polícias Estaduais e Federais, a Militar, a Secretaria de Segurança e outras instituições.

Nessa quadra (da audiência informatizada ao peticionamento eletrônico) tudo parece ter iniciado na então Junta de Conciliação e Julgamento de Lages⁹, que às expensas do juiz titular, a exemplo do que ocorreu no antigo Estado da Guanabara no início do século passado¹⁰, introduziu pioneiramente (apenas registro da realidade) o computador como instrumento para realização das audiências judiciais, merecendo de pronto ataque veemente de dois causídicos (ameaças de mandado de segurança e correição parcial) porque a “máquina” não era confiável e o armazenamento dos dados poderia ser violado, entre outros argumentos.

Seis meses após, diante de uma pane da “máquina” (computador *Solution*, primeiro portátil nacional, ao que consta) os mesmos procuradores inquiriram o Juízo sobre a demora e inadequada utilização da vetusta máquina de escrever, colocando a OAB local à disposição do Juízo para levar o computador até Curitiba para conserto.

Essa inovação mereceu à época notícia nacional e manchete em vários jornais, diante da manifestação do eminente Amauri Mascaro Nascimento, que fez referência ao evento como “Justiça do primeiro mundo”, quando lá esteve e participou das audiências. Outros magistrados de primeiro grau adotaram o sistema desenvolvido em Lages, que continha, apenas e tão-somente, os então impressos (atas de audiências, conciliações já redigidas, despachos de nomeação de peritos, adiamentos, mandados etc.) agora

9 O primeiro articulista introduziu o computador pioneiramente na atividade jurisdicional em 1986.

10 Um juiz carioca adquiriu na França uma máquina de escrever e passou a utilizá-la, com dificuldade, para datilografar suas sentenças. Conta-se que o Tribunal da antiga Capital do Brasil, em decisão pioneira, anulou a pioneira decisão grafada mecanicamente, porque era impossível conferir sua autenticidade e havia o juiz perdido ali sua personalidade ao deixar de lado a pena.

arquivados no sistema, em forma de macros e que eram utilizados por simples toque no teclado, hoje comum em todos os recantos do País. Adotou o Juízo ainda a dispensa de assinatura da ata pelas partes e pelos procuradores, o que dispensava, assim, a impressão da ata, com economia de tempo e de papel, permitindo a realização de mais de 25 audiências diárias (as assinaturas eram colhidas durante a audiência em livro próprio). O sistema de audiências informatizadas foi fornecido para outros Tribunais que, com aplauso, passaram a utilizá-lo e ainda promoveram seminários e encontros regionais sobre o programa desenvolvido na então JCJ de Lages.

Em 1998 o TRT de Santa Catarina¹¹ também pioneiramente colocou seus julgados no mundo sem fronteiras, religião, cor, raça, sexo e propriedade, da Internet, mesmo antes de serem publicados no Diário da Justiça, permitindo, assim, que o desejo legal realmente a todos atingisse, que é de conhecimento dos atos judiciais comuns simultaneamente às partes e a seus patronos (os advogados do interior do Estado tinham conhecimento das decisões no mesmo dia que os moradores da Capital, onde o DJ circula no mesmo dia). Introduziu também nova sistemática nas salas de audiências, com disponibilização das atas *on line* e em tempo real e acompanhamento através de vídeos individuais ao Juiz, secretária de audiências e patronos das partes. Novo impacto e novas rejeições momentâneas.

Produziu ainda aquela Corte pioneiramente a primeira rede corporativa do Judiciário, unindo todas as Varas do Estado. Instituiu a comunicação administrativa interna exclusivamente por *e-mail* (Portaria n. 515/98), com economia de papel, de postagem e de telefone até então inimaginável. Autorizou a depreciação pela via eletrônica entre as Varas, com cumprimento de cartas precatórias, no mesmo dia, para exemplificar. Gerou imagem e som, com gravação das sessões do Tribunal. Instituiu o Peticionamento Eletrônico (Portaria n. 457/98), permitindo aos advogados encaminhar suas petições, inclusive inicial, pela via eletrônica (*e-mail*), com mero credenciamento *on line* e adoção de senha, cujo

11 O primeiro articulista presidiu o TRT no biênio 1998/2000.

sucesso vem abonado pelo número de advogados credenciados e pelo número de petições ajuizadas com pleno sucesso e segurança, procedimento adotado por outros Tribunais Regionais do Trabalho e Federais. Desenvolveu, com pessoal próprio e técnicos de altíssima capacidade e ainda vem criando desde então inúmeras inovações, utilizando as tecnologias disponíveis no mundo da telemática e da informática.

Os atos da então Presidência e da Corregedoria foram referendados pela Corte e aplaudidos pelos advogados e jurisdicionados, tendo merecido inclusive exposição em congressos e a produção de mais de trinta palestras no País e no exterior, demonstrando que os destinatários da atividade-fim querem e desejam as inovações.

Atualmente, em visão que tem merecido de todos os maiores encômios, adotou o TRT catarinense o *E-Jus*¹², sob a direção firme e incansável da Presidente Ligia Maria Gouvea Teixeira, que sepultou o obsoleto trabalho de conduzir os votos impressos para as sessões, colocando em rede o julgamento, que pode ser acompanhado por todos, entre outros eventos de modernidade, como o Protocolo Expresso, seguindo a trilha dos egrégios Tribunais da 4ª e da 23ª Região e mesmo o Peticionamento Eletrônico adotado por muitos Tribunais (TRTs da 2ª, 6ª, 8ª, 15ª, 16ª e 23ª e TRFs 1ª, 3ª e 4ª¹³).

Por derradeiro e na mesma linha de rogar uma revisão nos posicionamentos acima apontados e que vêm rejeitando o uso do Peticionamento Eletrônico e do Protocolo Integrado, vale lembrar que o Superior Tribunal de Justiça tem balizado nova visão das informações *on line* e dos *sites* dos Tribunais, ao assim decidir com acerto e arrojo digno de registro e a demonstrar que não há necessidade de lei para declarar oficial a informação gerada pelo Judiciário:

“A recorrente, citada para a execução, aguardava a juntada do mandado aos autos, valendo-se das informações processuais prestadas via Internet pela Justiça. Ocorre que o mandado foi jun-

12 Instituído pioneiramente pelo TRT da 4ª Região, que obteve inclusive premiação internacional.

13 Com intimação pela via eletrônica – *e-mail* – ver www.trf4.gov.br

tado e a secretaria não lançou tal informação no sistema, levando a recorrente a perder o prazo para embargos. A Turma entendeu que as informações prestadas pela rede de computadores operada pelo Poder Judiciário são oficiais e merecem confiança. O eventual erro nela contido é evento imprevisto, alheio à vontade da parte, a justificar a justa causa, permitindo ao juiz a restituição do prazo para a prática do ato (§§ 1º e 2º do art. 183 do CPC). Precedente citado: REsp n. 49.456-DF, DJ 2-10-1995” (REsp n. 390.561/PR, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 18-6-2002).

“Recurso especial. Divergência. Precedente do STJ. Diário da Justiça. *Site* na internet. Indicado como paradigma acórdão do próprio STJ, com referência ao Diário da Justiça da União, órgão de publicação oficial, e com a reprodução do inteiro teor divulgado na página que o STJ mantém na Internet, tem-se por formalmente satisfeita a exigência de indicação da fonte do acórdão que serve para caracterizar o dissídio” (REsp n. 327.687/SP, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJU de 15-4-2002, p. 225).

E interessante ainda observar que na decisão a seguir o Superior Tribunal de Justiça usou para julgar a informação constante de seu *site*, dando-lhe assim e indubitavelmente caráter de oficialidade, em que pese a resistência neste sentido (anote-se que a decisão do TST acima transcrita e que desconsiderou o Peticionamento Eletrônico considera também oficial a *home page* do TRT da 12ª Região), *in verbis*:

“Processual penal — Tentativa de homicídio — Prisão em flagrante — Excesso de prazo na formação da culpa — Processo na fase do art. 499 do Código de Processo Penal — Súmula 52 desta Corte. — Consoante informações disponibilizadas pela internet, o processo se encontra na fase do art. 499 do Código de Processo Penal. Dessa forma, considera-se encerrada a instrução criminal, não ocorrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos do verbete da Súmula 52 desta Corte. — Ordem denegada” (RHC n. 14530/SE-RO 2003/0093422-0, rel. Jorge Scartezzini, DJU 1º-12-2003).

Essas decisões, de outro lado, demonstram o exagero das assertivas lançadas contra o Judiciário brasileiro pela revista *The*

*Economist*¹⁴, ao mesmo tempo que sinalizam para a necessidade de oficialização, por ato interno, à evidência, das *home pages* dos Tribunais (ao depois a lei, como de costume, as chancelará), cuja segurança e autenticidade podem facilmente ser exigidas mediante o indicativo do local, endereço eletrônico e/ou localização no *site*, *link* etc. de onde forem extraídas as informações, que assim servirão para todos os fins de direito (inclusive Recursos Especiais e de Revista) e que podem ser conferidas (conteúdo e autenticidade) e a qualquer momento por todos, como uma vitrina exposta sem medo e timidez, vista, visitada e apreciada com utilidade, celeridade e econômica, sem distinção ou discriminação, a não ser a de não ter acesso ao maravilhoso mundo da informação célere, precisa, desinteressada, livre e acessível a baixo custo e *full time*.

Não poderíamos encerrar sem lembrar também, embora rapidamente, a evolução excelente, mas tímida, de permitir ao advogado declarar a autenticidade dos documentos por ele exibidos no processo, na forma do artigo 544, segunda parte, do CPC, introduzido pela Lei n. 10.352/2001, cuja regra foi ampliada, por analogia, pela Instrução Normativa n. 16 do TST, mas que comporta uma dilação mais compatível com a realidade do processo e da vida moderna, o que esperamos para breve.

Não encontramos justificativa para que a autenticidade tenha lugar apenas no agravo de instrumento e não a tenha, por exemplo, nas ações cautelares, de regra apensadas ao processo dito originário, como, por exemplo, na medida cautelar incidental da ação rescisória, quando o procurador tem o dever de autenticar todos os documentos da cautelar que são, o mais das vezes, nada

14 Recentemente, nota divulgada no Diário Catarinense retrata a visão da revista *The Economist*, definindo o Judiciário no Brasil — com o exagero peculiar de quem prefere apenas ver o lado negativo — como disfuncional e uma instituição jurássica (apesar do exemplo dado pela Justiça Eleitoral ao mundo com as urnas eletrônicas). Diz a revista ainda que entre outros motivos estão o de ser integrada por Juízes que “parecem antiquados, inalcançáveis, impassíveis, enredados em procedimentos inúteis”(29-3-2004).

Brazil's judiciary is dysfunctional: agonisingly slow, beset with frivolous cases designed to evade justice and enmeshed in useless procedure. The 16,900 judges seem old-fashioned, out of touch and unaccountable to the citizens they serve. (How to reform Brazil's justice system)

menos do que os constantes da ação rescisória da qual é dependente e está apensado (CPC, art. 809). Em paralelo estreito, cabe questionar as razões sociológicas e legais da validade das declarações de outros profissionais (médicos, dentistas, engenheiros, peritos etc.) e da desconfiança legal das declarações do profissional do direito.

Também cumpre rever o rigor de exigir que o patrono passe a produzir autenticação individualizada no processo, quase que cartorária e com chancela de todas as peças, como o fez o seguinte julgado:

“Autenticação de peças pelo próprio advogado. Ineficácia de declaração de autenticidade na petição do recurso. Necessidade de autenticação peça a peça. A interpretação da disciplina contida no item IX da Instrução Normativa n. 16 não pode ocorrer, considerando apenas frases separadas do contexto.

“As peças realmente poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade; mas, uma a uma, e não por declaração geral, que não tem a força necessária para vincular a responsabilidade do advogado, por cada peça apresentada no seu recurso. Agravo a que se nega provimento” (TST-A-AIRR-186/2000-851-04-40-6 – 5ª Turma, *in* DJU de 6-2-2004).

Projetamos à época o processo digital¹⁵, que irreversivelmente será implantado por alguém e a qualquer momento, mesmo porque tem motivado longos debates e experiências no âmbito acadêmico, com teses de mestrado e doutorado, valendo citar o hábil e inteligente trabalho desenvolvido pelo Juiz Federal em Santa Catarina Sergio Cardoso, que adotado importaria em praticidade, economia e celeridade inimaginável.

Na linha de municiar o Judiciário de novas tecnologias, merece destaque a Lei n. 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais e permitiu, aliás, incentivou, o julgamento pelas Turmas de Recursos através da comunicação eletrônica, vale dizer, virtualmente¹⁶, assim como as intimações por *e-mail*.

15 O projeto é simples e o processo seria armazenado em sistema eletrônico e poderia ser portado pelas partes através de mídias eletrônicas, carregáveis na secretaria das Varas e Tribunais.

16 Art. 14 — § 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

Contudo, sem o desejo dos magistrados e a vontade política institucional dos Tribunais, restará frustrado o ideário dos operadores do direito.

A confiança permanente nas administrações que se renovam é o alento da esperança de verdadeiras melhorias na atividade jurisdicional, produzidas internamente, e, em especial, na prestação jurisdicional, fim último da instituição, razão por que, agora, este alento se fortalece na pessoa dos Ministros Vantuil Abdala, Ronaldo José Lopes Leal e Rider Nogueira de Brito, cuja experiência funcional vem atestada pelo trabalho ingente realizado ao longo da carreira e a dedicação digna de registro à causa que abraçaram por vocação. Temos absoluta convicção de que o futuro presidente da Corte promoverá o reconhecimento e oficialização de todos os atos produzidos eletronicamente e, em especial, da *home page* do TST, que deverá sofrer profunda modificação e acompanhamento dos exemplos fornecidos por outros Tribunais e cujas informações jurídicas têm servido diuturnamente aos operadores do direito, hoje, como mera referência e amanhã, como indicativo de fonte e autenticidade.

Na mesma ótica acima declinada, de avanço e modernidade na interpretação das regras legais, novamente nos surpreende o Supremo Tribunal Federal, através de seu eminente Presidente, atendendo deliberação do Pleno da Corte (Processo Administrativo n. 285.293), ao instituir, através da Resolução n. 287/2004¹⁷, o egrégio SFT, usando as normas da Lei n. 9.800/99 e declarando, portanto, compatível o Peticionamento Eletrônico com o escopo da lei, na forma que sustentamos desde sua edição, notadamente através das Portarias n. 515/98 e 457/99.

17 Resolução n. 287, de 14 de abril de 2004. Institui o e-STF, sistema que permite o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, XVII, combinado com o art. 363, I, do Regimento Interno, e tendo em vista o decidido na Sessão Administrativa do dia 25 de março de 2004, Processo Administrativo n. 285.293, assim como o disposto na Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999, Resolve: Art. 1º Fica instituído no âmbito do Supremo Tribunal Federal o e-STF, sistema de transmissão de dados e imagens, tipo correio eletrônico, para a prática de atos processuais, nos termos e condições previstos na Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999 (DJU de 16-4-2004).

As eventuais críticas aqui desalinhadamente anotadas têm apenas o escopo de incentivar o debate indispensável e a possível revisão do pensamento jurídico-jurisprudencial, municiar a vontade política institucional dos Tribunais e registrar alguns fatos hoje históricos vividos no Judiciário Trabalhista, rogando sua adequação às necessidades tecnológicas exigidas pelos novos e céleres meios de comunicação e utilizados pelos Tribunais inferiores, com o escopo único de acertadamente consertar alguns desvios ou atrasos formais dos procedimentos processuais.